



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0003736-26.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Panamericano Sa**
 Requerido: **Gustavo Rodrigo Foltran**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO PANAMERICANO S/A, já qualificado, moveu a presente ação de busca e apreensão contra GUSTAVO RODRIGO FOLTRAN, também qualificado, alegando ter celebrado com o requerido, contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária, em 17/07/12, sob nº 000050655287, no valor de R\$21.842,99 (*vinte e um mil oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos*) para pagamento em sessenta prestações mensais e consecutivas, no valor de R\$614,97 (*seiscentos e quatorze reais e noventa e sete centavos*), garantido por alienação fiduciária do veículo marca Fiat, tipo Palio Fire (Celebration 2), 1.0, 8v, Flex, fabricação/modelo 2006/2007, cor prata, placa DUK0019, chassi nº 9BD17164G72871372.

Ocorreu que o requerido, descumprindo o avençado, deixou de realizar os pagamentos de três parcelas, estando em atraso desde 17.11.2012, a partir da quarta parcela, mesmo ciente de que inadimplemento implicaria no vencimento antecipado do toda dívida.

Constituído o réu em mora, pugnou o requerente pela busca e apreensão do veículo, nos termos do Decreto-lei nº 911/69, para consolidação da propriedade exclusiva do bem em seu poder.

Concedida a liminar, o bem foi apreendido e o réu, citado, deixou de apresentar resposta.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo dispõe os parágrafos 2º e 4º, do artigo 3º, do Decreto Lei nº 911/69, o réu somente pode alegar na contestação “*o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais*”, e sendo o pedido contestado ou não “*o juiz dará sentença de plano*” (v. RESTIFFE NETO, *Garantia Fiduciária*, 2ª ed., RT 1976, nº 114, pág. 406). Na mesma direção encontram-se a Doutrina e a jurisprudência (cf, p. ex., MOREIRA ALVES, *Da Alienação Fiduciária em Garantia*, 2ª Ed., Forense, 1979, IV, 3, páginas 164 e 169; ORLANDO GOMES, *Alienação Fiduciária em Garantia*, 4ª Ed., RT, 1975, nº 94, págs. 128 e 129).

Por outro lado, a ausência de contestação ou purgação da mora implica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

reputarem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Saliente-se, ainda, que a alienação fiduciária em garantia está comprovada pelo instrumento de *fls.* 10/12; o mesmo ocorrendo com a mora, conforme documentos de *fls.* 13/14. Nesse sentido há precedentes (RTJ 102/682; RT 571/135).

Demais, o não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica o vencimento antecipado pela totalidade do débito (Decreto-Lei nº 911/69, art. 2º, parág. 3º, e art. 1º, parág. 7º, c.c. o artigo 762, III, do Código Civil de 1916).

Sendo assim, é de rigor se acolha a pretensão do autor, para tornar certa e definitiva, em suas mãos, o domínio e a posse do bem.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação para consolidar a propriedade do veículo marca Fiat, tipo Palio Fire (Celebration 2), 1.0, 8v, Flex, fabricação/modelo 2006/2007, cor prata, placa DUK0019, chassi nº 9BD17164G72871372, em mãos da instituição financeira autora, BANCO PANAMERICANO S.A., assim como sua posse plena e exclusiva; CONDENO o requerido, GUSTAVO RODRIGO FOLTRAN, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor dado à causa, atualizado.

São Carlos, 13 de setembro de 2013.